

# Sindicatos de ensino, institucionalização e fragmentação na Pesquisa Sindical de 2002 do IBGE

*Fernanda de Carvalho Lopes & Jelder Eric de Souza Lourenço\**

## RESUMO

No presente trabalho foi feita uma breve análise da institucionalização e da fragmentação dos sindicatos de trabalhadores em ensino do Brasil, com base nos dados do relatório final da Pesquisa Sindical de 2002 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, foram descritos os elementos técnicos da mesma pesquisa, com o objetivo de verificar possíveis falhas, bem como possibilitar um melhor entendimento das informações ali apresentadas.

Palavras-chave: sindicatos de ensino, institucionalização, fragmentação, Pesquisa Sindical de 2002.

## INTRODUÇÃO

Sindicato é uma palavra de origem grega, *syn-dicos*, ou “aquele que defende a justiça”. Estaria, portanto, atrelado à noção de justo e, então, ocuparia posições centrais na compreensão das relações de trabalho e suas dinâmicas em busca de melhorias e de qualidade no trabalho, ou, como consta no dicionário *Michaelis* sobre a palavra “justiça”, garantir a “prática e exercício do que é de direito”. De forma mais conceitual, segundo Sadi Dal Rosso,

Sindicato é a forma contemporânea de organização autodefensiva e proativa dos trabalhadores assalariados. [...] No exercício desta atividade reconhecem elementos comuns

---

\* Fernanda de Carvalho Lopes, aluna de graduação em ciências sociais pela Universidade de Brasília. E-mail: [nandakawaii@gmail.com](mailto:nandakawaii@gmail.com). Jelder Eric de Souza Lourenço, aluno de graduação em ciências sociais pela Universidade de Brasília. E-mail: [jelder.lourenco@gmail.com](mailto:jelder.lourenco@gmail.com).

entre si, inicialmente a partilha da atividade profissional. Ao delimitar a esfera profissional, começam a construir uma identidade como categoria que trabalha sob relações de assalariamento semelhantes. À medida que vínculos de identidade são construídos entre indivíduos desconhecidos, surgem espaço e condições para reivindicações entendidas como justas ou como direitos. Identidade e reivindicações estão na base da construção de organizações que coordenem a luta por direitos e lutas mais amplas em relação à expansão e à qualidade da educação na sociedade (idem, 2011: 12).

Apesar de ser fundamental para a compreensão das relações de trabalho, pesquisas de grande porte sobre o sindicato são ocasionais. Nesse sentido, explora-se, aqui, um marco informacional sobre esse universo: a Pesquisa Sindical de 2002 com ano-base 2001. Portanto, esforçar-nos-emos em apontar informações que possam fornecer caminhos para a compreensão da conjectura dessas instituições após os doze anos da referida investigação do IBGE, de modo a fornecer parâmetros e hipóteses e fomentar futuras investidas e diretrizes para novas pesquisas.

## UM BREVE HISTÓRICO DOS SINDICATOS NO BRASIL

No Brasil Império, ainda não havia um ambiente favorável ao aparecimento do sindicalismo, visto que o desenvolvimento industrial do país ainda era incipiente. Entretanto, desde então houve a criação de algumas entidades que visavam reunir e defender os trabalhadores que dela faziam parte, como a Liga Operária, em 1870, e a União Operária em 1880. Percebe-se então que o surgimento da classe operária é um fator marcante para o início do sindicalismo. No Brasil, o aparecimento dessa classe ocorre nos últimos anos do século XIX e tem relação com a industrialização e conseqüente transformação da economia.

Já no início do século XX, surgem várias associações de classe, que ainda não possuem um caráter plenamente sindical, mas já apresentam interesses socialmente similares àqueles que posteriormente seriam institucionalizados por meio do sindicalismo. Em 1906, ocorreu o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, com um total de 32 delegados e que lançou as bases para a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB).

Em 1907, foi promulgado o Decreto n. 1.637, que já em seu artigo 1º dispõe que é facultado aos trabalhadores de profissões similares ou conexas, incluindo as profissões liberais, organizarem-se em sindicatos, tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos profissionais. Com a edição do decreto, estimulou-se a criação de vários sindicatos, mesmo se esses ainda tinham um frágil poder de pressão, pois eram espreitados de perto pelo governo e pelos empregadores.

Em 1917, é criada a União dos Operários em Fábrica de Tecidos, mesmo ano em que ocorre uma greve geral em São Paulo, iniciada em uma fábrica de tecidos e que ganhou adesão de todo o setor têxtil e de outras categorias. Entre os anos de 1917 e 1920 ocorreu uma onda de

greves, devido à crise de produção causada pela Primeira Guerra Mundial. Percebe-se neste momento, que desde então o governo já tentava controlar o movimento sindical.

O primeiro congresso sindical nacional foi realizado em 1929, congregou todos os sindicatos e foi fortemente influenciado pelos comunistas. Foi neste momento que se originou a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), mas, o Estado continuou empenhado no controle dos sindicatos.

Um importante marco na história do sindicalismo tem relação com o fim da República Velha e a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, quando se inicia uma nova fase do sindicalismo e uma nova legislação trabalhista começa a ser desenhada. Nesse contexto, em 1931 houve a promulgação do Decreto n. 19.770, considerado a primeira lei sindical brasileira e que regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências.

A partir desse momento, há um aumento evidente no número de sindicatos no Brasil, tanto de trabalhadores quanto de empregadores. Se até 1930 haviam sido fundados aproximadamente 97 sindicatos, entre 1931 e 1940 esse número passou para 547.<sup>3</sup> Percebe-se, então, que o número de sindicatos fundados até 1930 é substancialmente menor em relação ao período subsequente, o que demonstra que os avanços na legislação e a abertura do governo em relação às questões sindicais foram determinantes para a criação de novos sindicatos.

Por outro lado, o referido decreto objetivava retirar o sindicato da esfera privada para transformá-lo em pessoa de direito público, atrelado diretamente ao governo. Percebe-se desde então, uma inclinação pela unicidade sindical, que é mantida até os dias de hoje, e que significa que somente poderá haver um sindicato para cada categoria profissional ou econômica, em cada base territorial. Entretanto, essa característica sofreu algumas modificações ao longo do tempo, pois na Constituição Federal de 1934 foi adotado o princípio da pluralidade, mas na de 1937, de cunho ditatorial, voltou-se a adotar a unicidade, subordinando os sindicatos ao Ministério do Trabalho. Nas Constituições seguintes (1946, 1967, 1969 e 1988), manteve-se o princípio da unicidade.

Quanto à Constituição de 1988, grandes avanços foram garantidos, como o regime de efetiva democracia sindical, a liberdade de associação, a proibição da intervenção estatal na concessão de autorizações prévias para a fundação de sindicatos, o amplo poder de representação, entre outros. Entretanto, nela persistem dois fatores que ferem a democracia sindical, que são a unicidade sindical e a contribuição sindical.

É importante ressaltar que em 1983 nasce a Central Única dos Trabalhadores (CUT), apesar de sua criação não basear-se em qualquer amparo legal. Além desta, nascem outras centrais, como a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Força Sindical (FS), a (UGT) União

---

3 Dados retirados da Tabela 17, do relatório final da Pesquisa Sindical de 2002, ano base 2001 do IBGE.

Geral dos Trabalhadores, a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), e mais recentemente a Central Sindical e Popular (Conlutas) e a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST).

## ELEMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA SINDICAL DE 2001

Pretende-se aqui analisar o desenho pré-analítico da Pesquisa Sindical de 2002: os objetivos gerais e específicos, a unidade de análise, a construção do instrumento e a coleta de dados. Para tanto, parte-se da exploração do relatório da Diretoria de Pesquisas do Departamento de População e Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelo planejamento e execução do referente estudo e da pesquisa-base. Segundo consta:

A Pesquisa Sindical é um levantamento abrangente de informações estatísticas sobre o universo de sindicatos brasileiros, tendo como principais objetivos: retratar a *estrutura sindical brasileira, seu perfil institucional e organizacional e as atividades desenvolvidas pelos sindicatos; subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas nas áreas de relações de trabalho*; e contribuir para a avaliação dos *efeitos* sobre a organização sindical em razão das *transformações* econômicas, sociais e políticas ocorridas na sociedade brasileira na década de 1990 (Relatório final da Pesquisa Sindical, 2002: 15, grifos nossos).

Logo, direcionamos nosso foco ao perfil institucional, perfil organizacional, às atividades, políticas públicas, transformações, aos efeitos. Tentemos, pois, traçar a relação entre estes conceitos. A pesquisa foi executada pelo IBGE em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contando com recursos do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) no primeiro semestre de 2002, referente ao ano-base 2001, de forma a avaliar quais foram as mudanças significativas no período entre 1992 (última Pesquisa Sindical realizada pelo IBGE) e 2002.

Cabe agora entender a relevância dos conceitos “atividades” e “políticas públicas” inseridas nos objetivos. Entender como se dão as “negociações coletivas das relações de trabalho efetivadas entre sindicatos de trabalhadores e empregadores ou entre sindicatos de trabalhadores e empresas, e as greves realizadas em 2001, segundo os motivos que lhes deram origem” (idem: 12) é, pois, entender as atividades referente ao papel dos sindicatos. O interesse maior é do MTE, cuja atuação no regulamento das negociações entre o trabalhador e o empregador se dá por políticas públicas. Expostos os objetivos gerais, há, ainda, objetivos específicos, ditos periféricos. Informações relativas à representatividade, ao funcionamento, à filiação à entidades civis são então introduzidas ao escopo da investigação.

Ao prosseguir, a pergunta que é posta é: qual a unidade de análise? O sindicato. Quais sindicatos? Aqueles que estavam formalizados até 31 de dezembro de 2001 para a então criação do

“Cadastro de informantes da pesquisa”. O parâmetro adotado para a qualificação de “formal” foi a posse por parte da entidade de um dos seguintes documentos: carta de reconhecimento no MTE (carta sindical); registro sindical no MTE; registro em cartório; registro em cartório e pedido de registro sindical no MTE. MTE, em primeiro lugar, e cartórios, em segundo, são lugares de depósito ou registro de criação e existência de sindicatos. O acesso a cartórios do país inteiro não é tarefa fácil de ser realizada.

A constituição do referido cadastro de informantes foi realizada através, principalmente, do Cadastro Geral de Empresas do IBGE, cuja fonte de informação é a Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) de 2000. Também foi consultado o Cadastro do Recolhimento da Contribuição Sindical Obrigatória (Caixa); o cadastro dos sindicatos associados às federações estaduais filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); o cadastro dos sindicatos associados a um conjunto de federações estaduais filiados à Confederação Nacional da Agricultura (CNA); catálogos telefônicos; consultas às empresas; além de outros dois cadastros do IBGE: dos informantes da última Pesquisa Sindical e da Pesquisa de Assistência Médica-Sanitária de 1999.

Problematiza-se, então, quais sindicatos não são contabilizados pelo filtro “formal”. Sindicatos que não têm uma estrutura formalizada ou aqueles que se configuram mais como “movimento” do que como “estrutura” ficariam fora do campo amostral da Pesquisa Sindical, excluindo-se, assim, elementos com fortes reivindicações e pressão. Além disso, entidades que não dependem da contribuição sindical obrigatória, mas de outras formas (um exemplo é da contribuição voluntária de sócios) podem estar excluídas do cadastro de informantes, mesmo podendo constar no registro do MTE. Por fim, apontemos os sindicatos que não possuem uma base com endereço ou que o mesmo não estava atualizado, portanto, que não receberam a visita dos técnicos responsáveis pela pesquisa.

O instrumento de coleta utilizado foi um único modelo de questionário. “O preenchimento das informações do questionário foi efetuado por técnicos do IBGE, através de *entrevista presencial* junto a *representantes* dos sindicatos, no endereço da sede do sindicato” (idem: 16, grifos nossos). As informações foram apreendidas de acordo com o “tipo de sindicato”, de acordo com o relatório. Para entender o que há de se entender por “tipos”: o IBGE adota as categorias profissionais e as categorias econômicas constantes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda utilizada no registro sindical pelo MTE, mesmo tendo sido revogada pela Constituição Federal de 1988. Os sindicatos que não se encaixavam nestas categorias foram alocados para uma nova: categoria não constante de classificação.

Ainda sobre a coleta de dados, o IBGE esclarece que houve problemas principalmente na etapa da coleta de respostas. O primeiro e clássico contratempo é o de recusa de preenchimento de questionário, totalizando 136 sindicatos, 45 deles localizados só no estado de São Paulo, 26 no Rio Grande do Sul, 15 em Pernambuco e 12 no Rio de Janeiro, os que represen-

tam os números de maior destaque. Muitos sindicatos informaram apenas parcialmente seus itens de receita ou recusaram-se a prestar informações, caracterizando a informação como de má qualidade, sendo a opção do instituto não divulgar o dado. E o maior problema, ao nosso ver, é a superestimação – de acordo com o órgão – do número de associados e trabalhadores ou empresas na base, tratando-se mais de uma percepção do entrevistado-representante (incluindo-se, na categoria, aposentados e associados inadimplentes quanto às suas contribuições, por exemplo, somado à dupla contagem, já que indivíduos podem pertencer à múltiplas atividades).

## NÚMERO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Um dos campos a serem explorados neste artigo será a valiosa informação sobre o número de sindicatos de trabalhadores de ensino reconhecidos por períodos, assim como é apresentado na Tabela 37 (Anexo 1) da Pesquisa Sindical de 2002.

Por meio desta tabela, nota-se que até 31 de dezembro de 2001 havia 275 sindicatos no grupo de trabalhadores em estabelecimentos de educação e cultura. Dentro deste, há o subgrupo de trabalhadores “de ensino”, que até a mesma data, contava com 167 sindicatos reconhecidos em todo o Brasil e que será o foco desta análise.

É necessário evidenciar que os sindicatos entendidos como reconhecidos são aqueles que possuem carta de reconhecimento no MTE (carta sindical) e/ou registro sindical no MTE. Portanto, não estão inclusos nesta categoria entidades que têm apenas registro em cartório ou registro em cartório e pedido de registro sindical no MTE.

Um simples instrumento estatístico iniciará nossa descrição: a taxa média anual de reconhecimento de sindicatos por períodos, calculada por:

$$\text{Taxa} = \frac{\text{Total de sindicatos reconhecidos por períodos}}{10 \text{ anos (um período)}}$$

Chegamos, então, aos seguintes números apresentados na Tabela 1.

TABELA 1  
TAXA DE RECONHECIMENTO DE SINDICATOS (BRASIL: 1931-2001)

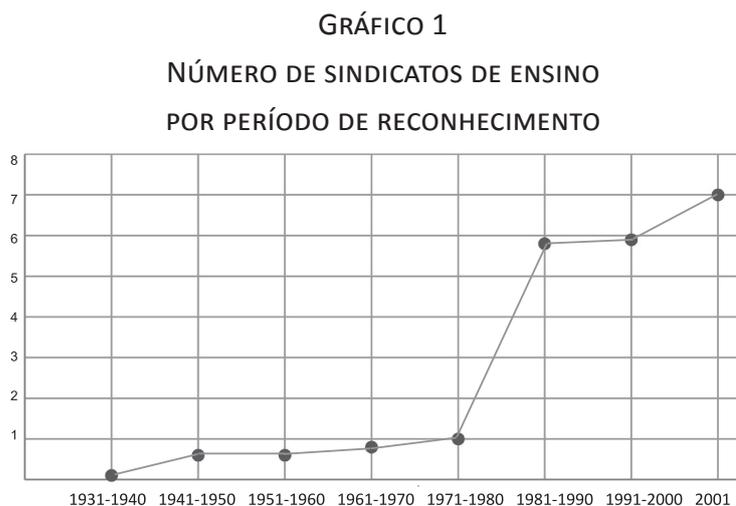
	1931-1940	1941-1950	1951-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001
Taxa	0,1	0,6	0,6	0,8	1,0	5,8	5,9	7,0

Fonte: IBGE, 2002.

Denota-se que o maior crescimento de sindicatos reconhecidos concentra-se nos últimos três períodos. Ou seja, enquanto no primeiro período tem-se 0,1 sindicatos reconhecidos por ano, três períodos depois (1971-1980) chega-se à taxa 1,0, apresentando um número exponencial

nos próximos três períodos com ápice no ano de 2001. Portanto, o maior número de sindicatos foi reconhecido a partir de 1981, por conseguinte, trata-se de um período de institucionalização. Assim, a Pesquisa Sindical de 2002 fornece dados para mostrar que sindicalismo na educação majoritariamente “foi influenciada politicamente pelas tendências de esquerda que sobreviveram à repressão policial desencadeada pela ditadura militar após a edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5)” (Ferreira Jr., 2011: 47), e a década de 1970 pode ser considerada como paradigmática para o entendimento da organização sindical (fundação, engajamento) educacional em todos os níveis,<sup>4</sup> em todos os períodos em análise, explicativa para o entendimento da consolidação institucional em instâncias formais (reconhecimento), começando a esboçar-se, assim, um perfil histórico. Os anos de 1984 e de 1988 oferecem fatos primordiais que não poderiam deixar de ser citado: o final do regime militar e a conquista do direito dos funcionários públicos de se sindicalizarem.

Ao compararmos a taxa média de reconhecimento de sindicatos e o número de sindicatos reconhecidos, chegaremos a uma inferência. A taxa de reconhecimento média, como mostra o Gráfico 1, indica-nos uma tendência crescente de reconhecimento e, portanto, institucionalização pós 1981. Dessa forma, infere-se deste resultado, que, em 2013, possa haver uma quantidade exponencial de novos sindicatos reconhecidos, já que só no ano de 2001 foram 7,0, superando a média relativa aos períodos pós-período militar. Será, no entanto, um dado interessante de se explorar em futura Pesquisa Sindical.



Podemos, ademais, de acordo com a proximidade dos números das taxas de reconhecimento, dividir a história posterior a 1931 em três períodos. Antes de 1941: com um número de sindicatos reconhecidos inexpressivo; de 1941 a 1980: período com crescimento em linha horizontal, ou seja, quase que constante, porém bem mais expressivo em comparação com a do anterior; e o período pós-1981 e o “boom” do reconhecimento das estruturas sindicais de ensino formais.

Antes de 1941, o início do reconhecimento pode ser explicado devido aos esforços da Revolução de 30 e a legitimação das reivindicações sindicais, porém inexpressivo ou muito pou-

4 Disponível em: <[http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais\\_V\\_coloquio/Conferencia%20Maria%20da%20Gl%C3%B3ria%20GOHN.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Maria%20da%20Gl%C3%B3ria%20GOHN.pdf)>.

co expressivo devido, provavelmente, ao número reduzido e concentrado de professores. A passagem para o próximo período e a explicação do aumento de 0,1 sindicatos reconhecidos para até 1,0 (dez vezes maior) pode ter decorrido da forte urbanização, principalmente no estado de São Paulo, e o aumento expressivo do número de alunos e, conseqüentemente, de professores, mas também reside no fato da criação, em 1940, do imposto sindical.<sup>5</sup> O aumento expressivo pós-1980 já foi explicitado.

Por fim, ao introduzir informações referentes à Tabela 76 da pesquisa quanto ao número total de sindicatos formais que formam o cadastro de informantes do IBGE na pesquisa que discutimos, houve 356 sindicatos entrevistados. Portanto, em um cálculo simples, temos que 47% dos sindicatos entrevistados eram, portanto, reconhecidos, frente a 53% com apenas registro em cartório ou pedido no MTE.

#### **ABRANGÊNCIA DA BASE TERRITORIAL DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO E A SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO DA FRAGMENTAÇÃO**

Outra questão importante a ser analisada na Pesquisa Sindical de 2002 é uma possível fragmentação sindical no Brasil em diversas categorias de trabalhadores. Entretanto, o foco deste trabalho será apenas em relação aos sindicatos de trabalhadores em educação, mais precisamente, dos trabalhadores de ensino.

Para isso, será utilizada a Tabela 76 (Anexo 2) do relatório da Pesquisa Sindical de 2002, como fonte de dados para a interpretação. Esta traz os números de sindicatos de trabalhadores, por abrangência da base territorial, segundo os grandes grupos e grupos profissionais. Diferentemente da Tabela 37, os números são relativos a todos os sindicatos incluídos no cadastro de informantes da pesquisa, ou seja, estão inclusos os sindicatos reconhecidos no MTE, os que têm o registro sindical no MTE, bem como aqueles têm apenas o registro em cartório ou pedido de registro no MTE.

Um primeiro ponto importante é em relação à quantidade de sindicatos de ensino com abrangência municipal. Dos 356 sindicatos participantes da pesquisa, 223 são de abrangência municipal, isso representa aproximadamente 63% do total. Os municípios são a menor base territorial possível no Brasil, portanto, esse dado pode indicar uma fragmentação. Uma possível explicação para isso pode ser apontada pela ideia de que os trabalhadores formam mais sindicatos municipais ao invés de se filiarem a sindicatos estaduais e nacionais, que possivelmente seriam mais fortes e representativos.

---

5 Disponível em: < [http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2549](http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2549)>.

Se somarmos o número de sindicatos municipais e os intermunicipais, que representam as duas menores bases territoriais possíveis, esse número se torna ainda maior e mais expressivo, passando para cerca de 78% do total de sindicatos da categoria.

Conseqüentemente, a soma das outras três bases territoriais – nacional, estadual e interestadual – representa apenas 22% do total de sindicatos. Destes, existem apenas dois sindicatos de abrangência nacional, o que representa menos de 0,6% do total, e um sindicato interestadual, que representa menos de 0,3% do total. Portanto, percebe-se que a soma dos sindicatos interestaduais e nacionais, as maiores bases territoriais, representa menos de 1% dos sindicatos de ensino.

Para demonstrar indícios de uma possível fragmentação maior em educação, o que seria uma importante contribuição deste trabalho, podemos partir da comparação entre os percentuais de número de sindicatos de trabalhadores de ensino com o de sindicatos de todas as categorias de trabalhadores, referente à base territorial municipal. Enquanto os sindicatos municipais de ensino são cerca de 63%, a média nacional de sindicatos municipais em relação ao total de sindicatos no Brasil é cerca de 56%.

Outro ponto a ser analisado em relação à fragmentação, pode ser visto por meio da Tabela 37. Com base nesta tabela, percebe-se que o número de sindicatos reconhecidos está aumentando, isso se a taxa de crescimento do ao de 2001 for mantida constante. Com isso, temos outro argumento para a defesa da ideia de fragmentação sindical aqui defendida. Ao invés dos trabalhadores se filiarem a sindicatos já existentes e de maior abrangência, eles acabam criando novos sindicatos, valendo-se do princípio constitucional da unicidade – aquele que permite a criação de um sindicato por base territorial e por categoria profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pesquisa Sindical de 2002 do IBGE foi um marco em relação aos estudos das questões sindicais, pois sabe-se que uma pesquisa tão abrangente quanto esta é de extrema complexidade. Como foi evidenciado nos elementos técnicos da pesquisa, ocorreram algumas falhas que poderiam ser superadas em pesquisas futuras. Entretanto, trata-se de uma boa fonte de dados empíricos relativos aos sindicatos até o ano de 2001, ainda que não sejam alcançadas todas as entidades dessa categoria. Informações sobre a evolução e a estrutura dos sindicatos entre 1992 e 2001, a representatividade, a participação, o funcionamento e a questão da filiação sindical são apenas alguns dos principais achados da Pesquisa Sindical de 2002, dentre muitos outros que podem ser estudados.

No presente artigo foram exploradas apenas algumas informações contidas no relatório para analisar a questão da institucionalização, do reconhecimento e da fragmentação dos sindicatos de ensino. Com base nos dados já existentes, foram apresentadas ideias de como a

questão sindical em educação vem acontecendo ao longo do tempo, bem como foi feita uma inferência de quais rumos esses sindicatos possivelmente vão tomar nos próximos anos.

Dessa forma, fica aqui uma abertura para que outras questões desse relatório sejam tratadas, bem como novas pesquisas nessa área sejam feitas para servir como forma de comparação e de verificação das ideias aqui apresentadas. Mais de dez anos já se passaram desde a referida pesquisa, portanto, muitas coisas podem ter mudado e muitos outros problemas podem ter surgido. Percebe-se assim, que ainda há muita coisa a se trabalhar quanto à questão sindical no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto n. 1.637, de 05.01.1907. Disponível em: <[http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/arquivos/Decreto1637\\_1907.pdf](http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/arquivos/Decreto1637_1907.pdf)>.

———. Decreto n. 19.770, de 19.03.1931. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D19770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm)>.

———. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>.

DAL ROSSO, Sadi (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

FERREIRA JR., Amarílio. Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In: DAL ROSSO, Sadi (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação*. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 47-67.

GOHN, Maria da Glória. Lutas e movimentos pela educação no Brasil. Disponível em: <[http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais\\_V\\_coloquio/Conferencia%20Maria%20da%20Gl%C3%B3ria%20GOHN.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Maria%20da%20Gl%C3%B3ria%20GOHN.pdf)>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Relatório da Pesquisa Sindical de 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/sindical/sindicalto2001.pdf>>.

## ANEXO 1

Tabela 37 - Sindicatos de trabalhadores, por período de reconhecimento, segundo as Grandes Regiões e grupos profissionais - Brasil - 1931-2001

(continua)

Grandes Regiões e grupos profissionais	Sindicatos de trabalhadores									
	Total	Período de reconhecimento								
		1931 a 1940	1941 a 1950	1951 a 1960	1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001	Sem declaração (1)
<b>Brasil</b>	<b>7 723</b>	<b>29</b>	<b>512</b>	<b>404</b>	<b>1 094</b>	<b>1 386</b>	<b>1 789</b>	<b>1 964</b>	<b>237</b>	<b>308</b>
Trabalhadores na indústria	1 523	14	252	203	151	100	339	372	42	50
De alimentação	260	2	44	34	18	21	54	74	8	5
Do vestuário	138	2	18	9	7	9	39	45	6	3
Da construção e do mobiliário	368	3	62	55	38	25	78	82	11	14
Urbanas	71	-	8	10	9	1	18	25	-	-
Extrativas	85	1	6	12	10	3	29	18	1	5
De fiação e tecelagem	104	1	45	21	11	4	12	7	3	-
De artefatos de couro	27	-	7	3	3	2	6	4	2	-
De artefatos de borracha	18	-	4	-	2	3	4	3	1	1
De joalheria e lapidação de pedras preciosas	4	-	1	-	-	-	2	-	-	1
Química e farmacêutica	103	-	6	9	13	10	28	29	5	3
Do papel, papelão e cortiça	54	-	9	6	6	2	7	20	1	3
Gráficas	53	4	11	8	5	3	7	10	-	5
De vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana	22	-	3	7	1	1	5	3	-	2
Metalúrgica, mecânica e de material elétrico	205	1	27	28	28	16	45	48	4	8
De instrumentos musicais e brinquedos	2	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Cinematográfica	4	-	-	-	-	-	2	2	-	-
De beneficiamento	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Artesanato em geral	4	-	-	-	-	-	3	1	-	-
Trabalhadores no comércio	1 232	6	95	73	77	93	331	467	60	30
Atacadista	43	1	7	4	2	2	11	11	3	2
Empregados de agentes autônomos do comércio	180	1	4	-	2	7	80	73	7	6
Armazenador	164	-	8	8	15	22	44	54	10	3
Empregados em turismo e hospitalidade	447	2	28	24	17	30	110	199	23	14
Varejista	384	2	48	37	41	32	79	125	15	5
Em serviços de segurança do trabalho	14	-	-	-	-	-	7	5	2	-
Trabalhadores em transportes marítimos, fluviais e aéreos	167	4	35	25	22	8	34	26	4	9
Marítimos e fluviais	40	1	10	8	6	-	3	10	-	2
Aéreos	10	-	2	-	2	1	4	-	1	-
Estivadores	30	-	8	4	5	4	6	1	-	2
Portuários	74	3	15	12	9	2	17	10	1	5
Trabalhadores em empresas de pesca	13	-	-	1	-	1	4	5	2	-
Trabalhadores em transportes terrestres	466	-	25	28	43	46	116	164	24	20
Ferroviários	17	-	4	1	3	2	5	1	-	1
Rodoviários	443	-	21	27	40	44	107	161	24	19
Metroviários	6	-	-	-	-	-	4	2	-	-
Trabalhadores em comunicações e publicidade	105	-	11	11	11	13	32	20	3	4
Empresas de comunicações	41	-	1	2	2	6	18	7	2	3
Empresas de publicidade	34	-	3	1	7	4	10	8	1	-
Empresas jornalísticas	30	-	7	8	2	3	4	5	-	1
Trabalhadores em empresas de crédito	197	1	30	29	40	14	51	25	2	5
Estabelecimentos bancários	176	1	24	28	37	13	46	20	2	5
Empresas de seguro privado e capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de créditos e em entidades de previdência privada	21	-	6	1	3	1	5	5	-	-
Trabalhadores em estabelecimentos de educação e cultura	275	2	18	14	18	14	85	94	11	19
De ensino	167	1	6	6	8	10	58	59	7	12
Em empresas de difusão cultural e artística	86	1	10	3	8	2	23	30	3	6
De cultura física	17	-	2	1	1	2	4	5	1	1
Hípicos	5	-	-	4	1	-	-	-	-	-
Profissionais liberais	359	2	43	19	10	69	111	81	8	16
Trabalhadores na agricultura	2 539	-	1	1	722	1 024	474	172	36	109
Servidores públicos (2)	808	-	-	-	-	4	209	509	42	44
Outras categorias profissionais	50	-	1	-	-	1	7	34	5	2
Categorias não constantes da classificação ou sem declaração (3)	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-

## ANEXO 2

Tabela 76 - Sindicatos de trabalhadores, por abrangência da base territorial, segundo os grandes grupos e grupos profissionais - Brasil - 2001

Grandes grupos e grupos profissionais	Sindicatos de trabalhadores					
	Total	Abrangência da base territorial				
		Nacional	Estadual	Municipal	Interestadual	Intermunicipal
<b>Total</b>	<b>11 354</b>	<b>45</b>	<b>1 923</b>	<b>6 397</b>	<b>75</b>	<b>2 914</b>
Trabalhadores na indústria	1 822	4	253	631	19	915
De alimentação	303	-	41	95	5	162
Do vestuário	167	-	15	56	-	96
Da construção e do mobiliário	444	2	57	149	1	235
Urbanas	86	1	38	12	3	32
Extrativas	104	-	15	37	4	48
De fiação e tecelagem	127	-	4	78	1	44
De artefatos de couro	30	-	6	9	1	14
De artefatos de borracha	21	-	5	5	-	11
De joalheria e lapidação de pedras preciosas	5	-	3	2	-	-
Química e farmacêutica	123	-	18	45	-	60
Do papel, papelão e cortiça	67	-	2	27	1	37
Gráficas	65	-	19	18	1	27
De vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana	27	-	3	8	-	16
Metalúrgica, mecânica e de material elétrico	242	1	22	87	-	132
De instrumentos musicais e brinquedos	2	-	1	1	-	-
Cinematográfica	4	-	1	1	2	-
De beneficiamento	1	-	1	-	-	-
Artesanato em geral	4	-	2	1	-	1
Trabalhadores no comércio	1 579	2	377	503	4	693
Atacadista	50	-	25	12	1	12
Empregados de agentes autônomos do comércio	249	1	114	35	1	98
Armazenador	247	-	20	126	-	101
Empregados em turismo e hospitalidade	530	1	132	147	1	249
Varejista	487	-	71	182	1	233
Em serviços de segurança do trabalho	16	-	15	1	-	-
Trabalhadores em transportes marítimos, fluviais e aéreos	221	15	80	73	9	44
Marítimos e fluviais	51	10	28	5	2	6
Aéreos	13	5	3	4	-	1
Estivadores	41	-	8	18	-	15
Portuários	94	-	35	41	3	15
Trabalhadores em empresas de pesca	22	-	6	5	4	7
Trabalhadores em transportes terrestres	656	1	113	225	14	303
Ferrovários	21	-	7	-	10	4
Rodoviários	628	1	100	225	4	298
Metroviários	7	-	6	-	-	1
Trabalhadores em comunicações e publicidade	137	2	96	17	4	18
Empresas de comunicações	57	2	40	4	3	8
Empresas de publicidade	43	-	27	8	1	7
Empresas jornalísticas	37	-	29	5	-	3
Trabalhadores em empresas de crédito	235	-	42	33	4	156
Estabelecimentos bancários	205	-	17	33	1	154
Empresas de seguro privado e capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de créditos e em entidades de previdência privada	30	-	25	-	3	2
Trabalhadores em estabelecimentos de educação e cultura	506	2	184	244	6	70
De ensino	356	2	75	223	1	55
Em empresas de difusão cultural e artística	114	-	81	16	3	14
De cultura física	30	-	25	2	2	1
Hípicos	6	-	3	3	-	-
Profissionais liberais	488	4	298	50	2	134
Trabalhadores na agricultura	3 912	-	1	3 476	-	435
Servidores públicos (1)	1 707	12	437	1 126	13	119
Outras categorias profissionais	87	3	38	19	-	27
Categorias não constantes da classificação ou sem declaração (2)	4	-	4	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 2001.

(1) Exclui as seguintes categorias: professores da rede pública (federal, estadual e municipal), auxiliares de administração e empregados em estabelecimentos de ensino da rede pública. (2) Inclui os grupos de sindicatos que declararam categoria profissional não constante da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - e que todos os sindicatos pertencentes a cada grupo não possuía registro no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - e os sindicatos que não declararam o total de trabalhadores no caso de representarem mais de um grupo.